

**PARA PREENCHIMENTO PELA ENTIDADE SOLICITANTE APÓS AUTORIZAÇÃO DE CEDÊNCIA DE INFORMAÇÃO
SUJEITA A SEGREDO ESTATÍSTICO - (LEI N.º 22/2008 DE 13 DE MAIO)**

COMPROMISSO DE SIGILO

Nos termos da Lei n.º 22/2008 de 13 de maio, que estabelece os princípios, as normas e a estrutura do Sistema Estatístico Nacional, designadamente do disposto no n.º 6 do artigo 6.º e de acordo com o deliberado pela Secção Permanente do Segredo Estatístico através da 73ª Deliberação da Secção, em 23 de janeiro de 2026, a ApC – Agência para o Clima, I.P. compromete-se a:

1. Guardar absoluto sigilo em relação aos dados fornecidos pelo Instituto Nacional de Estatística, relativos a informação estatística confidencial do INQUÉRITO ANUAL À PRODUÇÃO INDUSTRIAL, de 2024 (número de empresas, quantidades de produtos produzidos, na máxima desagregação PRODCOM - 12 dígitos), usando-os exclusivamente para os fins mencionados no pedido enviado ao Conselho Superior de Estatística em dezembro de 2025;
2. Utilizar a informação disponibilizada apenas para análise de contexto no âmbito da proteção do ambiente e na elaboração anual do Inventário Nacional de Emissões e Remoção de Poluentes Atmosféricos (INERPA), destinados a cumprir os compromissos nacionais no âmbito da Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas (UNFCCC) e Protocolo de Quioto, bem como a Convenção sobre a Poluição Atmosférica Transfronteiriça a Longa Distância (CLTRAP) da Comissão Económica para a Europa das Nações Unidas (UNECE) e respetivos Protocolos, bem como obrigações a nível das instâncias comunitárias: Diretiva Tetos Nacionais de Emissão (Diretiva 2001/81/CE) e Regulamento (UE) 525/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 21 de maio de 2013 relativo à criação de um mecanismo de monitorização e de comunicação de informações sobre emissões de gases com efeito de estufa, e que revoga a Decisão do Conselho 2004/280/CE;
3. Utilizar os dados somente para as finalidades para as quais foram cedidos, e enquanto necessários, procedendo à sua destruição logo que deixem de ser necessários para aquelas finalidades, de forma que garanta a impossibilidade de quaisquer acessos futuros por terceiros;
4. Pôr em prática as medidas técnicas e organizativas adequadas para proteger os dados, contra o acesso não autorizado, a difusão, a alteração, a destruição accidental ou ilícita, ou a perda accidental;
5. Efetuar a divulgação da informação de acordo com o mencionado no pedido aprovado, de uma forma que não permita qualquer identificação, direta ou indireta, das unidades estatísticas de base;

6. Enviar ao Instituto Nacional de Estatística e ao Secretariado do Conselho Superior de Estatística, após o carregamento dos dados no sistema pretendido, e antes de qualquer novo pedido, o resultado do trabalho desenvolvido, incluindo exemplos da utilização ou disponibilização de dados com o máximo detalhe ocorrido.

Lisboa, ... de de 2026

Nome ()

Cargo ()